

MOVIMENTOS NEGROS E SUAS LUTAS ¹

Karin Sant'Anna Kössling ²

Resumo: O artigo versa sobre as lutas que foram empreendidas pelos movimentos negros, a partir de documentação apreendida pelo DEOPS/SP (Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo), destacando duas temáticas priorizadas no discurso desses movimentos: a carestia e a violência policial.

Palavras-chave: movimentos negros, regime militar, identidade, racismo.

Abstract: This article discusses black movements' struggles in 1970's Brazil. I used documents rested for Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP) and sought highlighting two themes about these movements: the high price of food and police violence.

Keywords: black movements, military regime, identity, racism.

1. Introdução

No processo de construção de uma “conscientização” étnica os movimentos negros, a partir da década de 1970, desenvolveram um intenso debate com algumas temáticas recorrentes, que envolviam aspectos das condições políticas e sociais daquela época.

Constatamos, assim como Carlos Hasenbalg, que:

Os temas do movimento negro estão centrados em torno de dois eixos. Um deles é a denúncia do racismo; temas como discriminação no mercado de trabalho, violência policial, exploração sexual e econômica da mulher negra, a questão do menor, a questão dos presidiários. Estas são as questões sobre as quais tem girado a denúncia do racismo. Por outro lado, o segundo grande eixo é o da cultura e da identidade. Os aspectos mais frisados são as denúncias do eurocentrismo cultural da sociedade brasileira e o “brancocentrismo” do sistema educacional. Há um persistente apelo à África, uma África mítica, outra histórica, bem como a contemporânea. Este apelo é usado para tentar construir uma nova identidade negra positiva, não estigmatizada. (HASENBALG, C. 1991, p. 129)

Assim, neste artigo destacamos os temas do primeiro eixo mais recorrentes (porque eram considerados pelos movimentos negros como prioritárias) na documentação apreendida pelo Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS/SP). Esse órgão de vigilância e repressão foi fundado em 1924 e findou em 1983. Esta instituição tinha como dever atribuído pelo Estado coibir o crime político, tornando-se um sistema de repressão que

¹ Este artigo faz parte da pesquisa de mestrado “As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983), orientada pela Prof^a. Dr^a. Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez, financiada pela CAPES.

² Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo. Atualmente atua como coordenadora da Diretoria de Ensino Centro da Rede Pública do Estado de São Paulo

procurou controlar a disseminação de idéias contestatórias e reprimir a atuação política da sociedade. A preocupação em manter o controle social levou os militares no contexto específico do regime militar, a organizarem vários órgãos, formando um complexo aparato repressivo por meio da atuação do Serviço Nacional de Informação, das Seções das Forças Armadas e dos DOPS estaduais que integravam a comunidade de informações e segurança, uma rede interligada em prol do controle militar.³

Tal documentação trás elementos diversificados para a análise tanto do pensamento policial sobre as mobilizações afro-descendentes como também, uma leitura “enviesada” de parte do pensamento dos movimentos negros. Uma vez que, diversas investigações acabavam por recolher o material desses movimentos como peças de prova, anexando nas pastas de dossiês. Portanto, essa fonte documental para além de demonstrar a vigilância do DEOPS/SP em relação aos movimentos negros, vislumbra-se um material de referência para auxiliar a compreensão dos discursos e estratégias que eram adotados pelos movimentos negros, ou parte deste.

Priorizo aqui a análise de dois grandes temas dentro desse eixo: os movimentos relacionados a carestia e a denúncia da violência policial. Estes temas apresentaram-se mesclados nos debates, como no Iº Encontro da Raça Negra, de 23 de maio de 1981, quando foram debatidos: a violência policial, o desemprego, as reivindicações contra a violência e a injustiça social, a campanha de revisão da literatura negra nas escolas e nos livros didáticos, a maior participação do negro na política e a proposta contra a violência cultural e moral sofrida pelos afro-descendentes.⁴ Mas justamente por serem considerados prioritários, eram recorrentes.

2. Carestia⁵

Antes eramos escravos, agora somos desempregados, sub-empregados, mal remunerados, marginalizados e perseguidos pela polícia.⁶

Que liberdade é essa? Continuamos sendo discriminados, sem emprego e perseguidos pela polícia.⁷

A constatação de que “o negro é quem mais sofre no Brasil com o desemprego, repressão e péssimas condições de vida da maioria da população brasileira, da qual somos o maior número”⁸ levava os temas da carestia e da violência policial apresentarem-se de forma central nos debates dos movimentos negros. A abolição da escravidão sem políticas de inserção social levou ao afro-descendente tornar-se párea social. Dessa forma, temáticas que não eram exclusivas dos movimentos negros tornaram-se grandes bandeiras pela intimidade com que os afro-descendentes tinham com tais questões.

³ Sobre este tema consultar AQUINO, M. e MATTOS, M. e SWENSSON JR., W. (orgs.). **No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2001.

⁴ Conforme relacionado em Relatório policial. Dossiê 20-C-44- 17293. DEOPS/SP, DAESP.

⁵ A carestia era um termo empregado como pobreza, carências propriamente ditas até mesmo ao se referir ao desemprego. Ou seja, relaciona-se a questões próprias do encarecimento do custo de vida, preço elevado acima do valor real do período.

⁶ Panfleto “13 de maio: dia nacional de denúncia contra o racismo”. Dossiê 20-C-44- 23944. DEOPS/SP, DAESP.

⁷ Panfleto “Dia nacional de denúncia contra o racismo”. Dossiê 20-C-44- 23945. DEOPS/SP, DAESP.

⁸ Boletim III do Grupo Negro da PUC-SP, p. 18. Pasta Movimento Negro. CEDIC/PUC-SP.

Esses dois temas muitas vezes apresentavam-se em conjunto, como a relação direta desses temas apresentados na organização de debates como a: “marginalização social do negro e a violência policial”⁹ ou no panfleto do Iº Encontro Estadual em Defesa da Raça Negra, que apresentava como um dos itens de discussão “Contra o desemprego e a violência policial”. Destacava-se que o trabalhador devido a crise econômica brasileira tornava-se desempregado e, se fosse negro e sem carteira de trabalho assinada, sofria os maiores preconceitos, sendo classificado pela polícia como “bandidos”.¹⁰

Dessa forma, o MNU (Movimento Negro Unificado)¹¹, em seu I Congresso, traçou como prioridade da sua luta o combate ao desemprego com as decorrente carestias e a violência policial, sendo que a segunda questão teve maior empenho da militância e gerou uma campanha nacional, em 1980.¹² No ano seguinte, no II Congresso Nacional do MNU, em Belo Horizonte foram reafirmados como principais temas o desemprego e a violência policial e, portanto, como lutas prioritárias.¹³

O MNU em seus impressos afirmava a pobreza e o desemprego que eram oriundos da política econômica brasileira que, em conjunto com os lucros dos patrões, levavam a população brasileira à miséria.¹⁴ Os militantes afro-descendentes encontravam-se: “envolvidos na atmosfera político-cultural do período e procuraram definir uma posição política marcada pela compreensão das especificidades da discussão de raça/etnia para os afro-brasileiros.” (SOUZA, F., 2005, p. 41)

Portanto, os problemas sócio-econômicos do período fizeram parte do debate dos movimentos negros, especialmente com a crise econômica pós “milagre brasileiro” do final da década de 1970 que trouxe uma inflação monstruosa e um aumento violento do desemprego. Sob um viés marxista, o MNU apresentava uma análise social crítica em relação a política econômica brasileira, mas introduzindo a perspectiva de exclusão racial nesse processo, que intensificaria a espoliação econômica.

A situação de exploração do trabalho e a constatação das diferenças salariais que os afro-descendentes sofriam, eram sistematicamente discutidas: “Depois de muitos anos de arrocho salarial e da inexistência de liberdade de manifestação e organização, o trabalhador brasileiro (em sua maioria negro), ganha da crise econômica que se abate sobre o país mais um ‘presente’: o desemprego.”¹⁵

⁹ Relatório de investigação n. 501 de 7/08/1980. OS 1157 p. 218C. DEOPS/SP, DAESP.

¹⁰ Dossiê 20-C-44- 17287. DEOPS/SP, DAESP.

¹¹ Esse movimento teve sua origem no protesto de 7 de Julho de 1978, quando um ato público organizado em São Paulo contra a discriminação sofrida por quatro jovens negros no Clube de Regatas Tietê, deu origem ao Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial que posteriormente teve o nome reduzido para Movimento Negro Unificado.

¹² Relatório de avaliação de 20/9/1981 do MNU de MG. In Sumário Semanal de Informações n. 15 da CODIN/COSEG, do período entre 9 a 15/4/1982, de 16/4/1982, fl. 20. Dossiê 50-H-845498. DEOPS/SP, DAESP.

¹³ “Nos dias 18, 19 e 20 de abril o MNU, realizou o seu IIº Congresso Nacional, na cidade de Belo Horizonte” In *Revista do MNU*, n. 4, julho e agosto de 1981, fl. 5. Sumário Semanal n. 27, entre 18 a 24/9/1981, de 25/9/1981, do CODIN/CONSEG da Coordenação de Informação da Secretaria de Estado da Segurança Pública de MG, fl. 14. Dossiê 50-H-84-4848. DEOPS/SP, DAESP.

¹⁴ Editorial da *Revista do MNU*, n. 4, julho e agosto de 1981, fl. 1. Sumário Semanal n. 27, entre 18 a 24/9/1981, de 25/9/1981, do CODIN/CONSEG da Coordenação de Informação da Secretaria de Estado da Segurança Pública de MG, fl. 10. Dossiê 50-H-84-4848. DEOPS/SP, DAESP.

¹⁵ Panfleto do Grupo Negro da PUC “I Encontro Estadual em Defesa da Raça Negra” In Dossiês 20-C-44 – 17287. DEOPS/SP, DAESP.

Essas condições adversas mais sentidas ainda pelos afro-descendentes acabavam por agravar os preconceitos, pois desempregados, eles eram mais vezes confundidos com “bandidos”, ficando à mercê de uma crescente violência policial.

Como os problemas sociais de carestia não eram enfrentados apenas pelos afro-brasileiros, os movimentos negros percebiam a necessidade de comunicação com outros movimentos sociais também temerosos desse contexto adverso. “Hoje vemos nossa situação de negros, afro-brasileiros, e nos levantamos para buscar o lugar que como homens temos direitos: 1) o direito ao emprego, as condições dignas de vida; 2) o respeito a nossa dignidade.”¹⁶

Nesse sentido, procuravam incentivar uma maior participação dos afro-descendentes nas instituições representantes dos trabalhadores.¹⁷ Por seu turno, os movimentos negros não passavam despercebidos à polícia política, em especial por eles se solidarizarem “com qualquer luta de setores populares da sociedade brasileira que visa a real conquista de seus direitos políticos, econômicos e sociais.”¹⁸

Aqueles movimentos sociais que dessem espaço para a questão racial acabavam por ampliar as associações políticas e sociais, nesse sentido alguns partidos chegaram até a formar comissões de negros para levar o debate racial até esses partidos.¹⁹

Ainda em relação ao mercado de trabalho, os movimentos negros reclamavam que este apresentava-se permeado pelo racismo:

A discriminação que os trabalhadores negros sofrem no processo de seleção de candidatos e o fato das empresas reservarem para eles as piores funções, são manifestações evidentes de um racismo profundamente enraizado nas classes dominantes e, através delas, disseminado pelo conjunto da sociedade.²⁰

Dessa forma, a exclusão se dava já no início do processo, em que o afro-descendente era preterido na seleção de vagas. No Programa de Ação do MNU apresenta-se uma discussão sobre a falta de condições de vida ligadas ao “sub-emprego” que os afro-descendentes eram submetidos, levando o MNU a reivindicar melhores condições de vida, creches populares, assistência médica hospitalar, saneamento básico, melhores habitações e transportes.²¹ Este conjunto de reivindicações levou o MUCDR²² (Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial) a apresentar uma carta aberta à população “Contra o Racismo”, no ato público de 7/7/1978, em frente ao Teatro Municipal, denunciando as condições de vida dos afro-descendentes: “Campanha contra a discriminação racial, contra a opressão policial, contra o desemprego, o sub-emprego e a marginalização. Estamos nas ruas para denunciar as péssimas condições de vida da Comunidade Negra.”²³

¹⁶ Panfleto sobre a "caminhada em memória a zumbi dos palmares em 20 de novembro, dia nacional da consciência negra" escrito pelo Grupo Negro da PUC, FRENAPU e o MNU. Dossiê 20-C-44- 14611. DEOPS/SP, DAESP.

¹⁷ Panfleto do Grupo Negro da PUC “I Encontro Estadual em Defesa da Raça Negra” In Dossiês 20-C-44 – 17287. DEOPS/SP, DAESP.

¹⁸ Informação Confidencial sobre o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial. OS 1157 p. 218 C. DEOPS/SP, DAESP.

¹⁹ Partidos como o PDT e PT.

²⁰ Proposta de ponto de luta da Comissão de negros do PT, 9/12/1981. Dossiê 50-H-84- 5505. DEOPS/SP, DAESP.

²¹ Dossiê 20-C-44- 17289. DEOPS/SP, DAESP.

²² Primeira sigla do Movimento Unificado Negro.

²³ Dossiê 50-Z-0- 14629. DEOPS/SP, DAESP.

Mas essa temática pode não ter sido consenso entre os militantes, conforme apresenta relatório policial sobre o 3º Congresso de Cultura Negra das Américas, em 1982, esse debate parece ter sido acalorado: a militante Teresa Santos defendia e expunha os problemas pontuais enfrentados pelos negros, como moradia, enquanto Ciro alegava que esse tema não tinha fundamentos concretos e objetivos para ser levado ao congresso.²⁴ Assim, nota-se, ainda que pelo olhar policial, que mesmo definindo a carestia como uma bandeira prioritária, no dia a dia dos debates não era unanimidade. Afinal, quando determinado movimento fecha questão em alguns temas não quer dizer que os participantes dos movimentos tenham de fato chegado a um consenso ou mesmo que todos concordem.

Essas questões acabaram também por gerar debates específicos para as mulheres, que eram afetadas de forma diferenciada pelo racismo. Assim, em 1981 o grupo de mulheres do MNU organizou um ciclo de debates sobre sua situação, com o programa: “partidos políticos”, “educação e cultura”, “sexualidade”, “saúde” e “desemprego e movimento sindical”.²⁵

Com o mesmo intuito foi realizado o I Encontro Regional da Mulher Negra que discutiu a dupla discriminação sofrida pelas mulheres negras, especialmente no mercado de trabalho.²⁶ A emancipação feminina, um dos temas centrais nas discussões das décadas de 1960 e 1970 foi apresentado no debate dos movimentos negros como tema do Boletim do Grupo Negro da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)²⁷ “A mulher negra”, “E a mulher negra como anda?”, debatendo as modificações sociais decorrentes da revolução sexual e a especificidade da condição da mulher negra.²⁸ O debate da exploração e marginalização das mulheres afro-descendentes foi centrado no mercado de trabalho, o que levou ao MNU discutir o machismo em seu programa de ação, constatando que “A discriminação da mulher se define pela sua marginalização sexual, política, econômica e social.”²⁹

Segundo informação confidencial, de 28/7/1978, no panfleto do MUCDR “quem luta por nós” visava chamar atenção dos negros para juntar-se ao movimento, com o objetivo de “melhorar as condições nesta sociedade que os expulsa dos empregos, atira-os à favelas e cortiços...”³⁰ Portanto, o MUCDR entendia que a discriminação racial era o elemento chave para a compreensão dos problemas sociais dos afro-descendentes, impedindo o “desenvolvimento do negro”.³¹ A partir dessa constatação eram relacionados os principais problemas sociais a serem combatidos como o desemprego, o sub-emprego, a moradia precária e a perseguição e a violência policial.³²

A ligação das temáticas da violência policial e da carestia não foi reunida aqui indiscriminadamente, sua relação se encontra nos debates e impressos dos movimentos negros, que elegeram como o principal foco de combate do racismo em sua estratégia de luta:

²⁴ Relatório de observação do 3º Congresso de Cultura Negra das Américas, 24/08/1982. DEOPS/SP, DAESP.

²⁵ Recorte de jornal da Folha de S. Paulo de 3/8/1981. OP 0989 Movimento Negro, vol 2. DEOPS/SP, DAESP.

²⁶ Recorte de jornal da Folha de S. Paulo de 17/11/1981. OP 0989 Movimento Negro, vol 2. DEOPS/SP, DAESP.

²⁷ Esse grupo articulou os estudantes afro-descendentes da referida universidade e produziu esse periódico.

²⁸ Boletim III do Grupo Negro da PUC-SP. Pasta Movimento Negro. CEDIC/PUC-SP.

²⁹ Programa de Ação do MNU, p. 9. Dossiê 20-C-44- 17289. DEOPS/SP, DAESP.

³⁰ OS 1061. DEOPS/SP, DAESP.

³¹ Carta convocatória para o ato público contra o racismo do MUCDR. OS 1061. DEOPS/SP, DAESP.

³² Carta convocatória para o ato público contra o racismo do MUCDR. OS 1061. DEOPS/SP, DAESP. Segundo observação policial feita de forma manuscrita no panfleto, teria sido distribuídas cerca de 20 mil cópias desta carta convocatória.

Devido a dificuldade de se discutir no FECONEZU todos os problemas que passa a população negra, resolvemos, a partir destas propostas mínimas: Violência Policial e Desemprego, chamar toda a comunidade negra à discutir e se organizar através de entidades...³³

O FECONEZU (Festival Comunitário Negro Zumbi) teve o seu primeiro evento em 1978 no interior de São Paulo, reunia afro-descendentes preocupados em preservar e divulgar elementos culturais afro-brasileiros e também em influir na organização dos movimentos negros.

Trabalho e violência policial, sem dúvida, foram as temáticas mais recorrentes nos diversos materiais impressos dos diversos movimentos negros. Revelando o ponto central das carências e problemas sociais vivenciados por essa população.

3. Violência Policial

A violência policial é uma das formas mais comuns assumidas pelo racismo no Brasil.³⁴

A temática da violência policial foi presença constante em debates, atos públicos, palavras de ordem, panfletos e cartas abertas, entre outras estratégias de discussão dos movimentos negros. Em ato público de 13 de maio de 1981, a violência policial estava estampada em faixas, palavras de ordem,³⁵ ou no ato intitulado “violência” que fora organizado pelo MNU e pela FRENAPPO (Frente Negra para a Ação Política de Oposição)³⁶. Manifestavam-se contra a violência policial e lançavam uma campanha para combatê-la.³⁷ Também eram recorrentes os debates “Marginalização Social do Negro e a Violência Policial”.³⁸

A violência policial do final da década de 1970 ao início da década de 1980, era questão central para os seus líderes, foi a grande bandeira de luta do MNU. ³⁹ Entre outros panfletos e reuniões dos movimentos negros que tocam nesta temática, destacam-se os debates ocorridos no III Congresso Nacional do Movimento Negro Unificado, no qual os Grupos de Trabalho em cada estado trataram sobre denúncias de violência policial sofrida pelos afro-descendentes. Da mesma forma, o I Encontro Estadual em Defesa da Raça Negra, colocava como um dos tópicos de luta combater a violência policial.

A constatação de que a violência contra a população afro-descendente era uma herança da escravidão, fez com que o periódico *Jornegro* criticasse por meio de charge na

³³ Panfleto do I Encontro Estadual em Defesa da Raça Negra. Pasta Movimento Negro. CEDIC/PUC-SP.

³⁴ Proposta de ponto de luta da Comissão de negros do PT, 9/12/1981. Dossiê 50-H-84- 5505. DEOPS/SP, DAESP.

³⁵ Por exemplo, em ato público de 13 de maio de 1981 a violência policial estava estampado em faixas, palavras de ordem, etc. Mensagem sobre Sumário de Informações n. 035/4 sobre Ato Público do MNU, de 13 de maio de 1981. Dossiê 50-D-18- 2850. DEOPS/SP, DAESP.

³⁶ Foi fundada em agosto de 1979.

³⁷ Relatório de observação n. 3435 da Divisão de Informações do DEOPS, de 28/9/1980. Dossiê 40-Z-10- 1326 ou 21-Z-14- 9872. DEOPS/SP, DAESP.

³⁸ Relatório n. 507 de investigador estagiário da Divisão de Ordem Política, ao delegado titular, de 8/8/1980. Dossiê 40-Z-10-1225. DEOPS/SP, DAESP.

³⁹Informe n. 89/Conseg/82 de Belo Horizonte de 19/04/1982, fl. 2. Ordem Social 1157 pasta 218C. DEOPS/SP, DAESP.

capa a violência policial brasileira, comparando o policial ao feitor “antes e depois de 13 de maio de 1888”. O sistema repressivo próprio do regime político dos militares levava a uma crítica das formas repressivas da atuação policial. Assim, os movimentos negros atuaram em diversos atos públicos que protestavam contra a violência policial como, por exemplo, no ato na Praça Ramos que contou com diversos segmentos sociais e com a presença do MNU, e com a distribuição de diversos panfletos contrários à ação da polícia na região contra prostitutas, travestis, homossexuais e negros.⁴⁰ Segundo Carta Aberta à População, o delegado José Wilson Richetti apoiado pelos comerciantes, realizava uma “limpeza” dos “marginais” na cidade, prendendo quem não tivesse carteira de trabalho assinada.⁴¹

A ação violenta da polícia no processo de ocupação do espaço público, por diversas vezes, associou-se a projetos de afastamento dos afro-descendentes de determinadas regiões da cidade, sobretudo da região central. Na década de 1940 houve a tentativa de proibição do trânsito e da permanência dos afro-descendentes na Rua Direita, medida tomada em virtude de uma representação do Sindicato dos Lojistas junto à Secretaria de Segurança Pública. (KÖSSLING, 2004)

Os estereótipos presentes no imaginário auxiliaram na fundamentação de políticas segregacionistas, ainda que de forma velada, seja no âmbito legal ou no simbólico, colocando cada qual em um lugar social pré-determinado. A polícia, junto aos seus diversos departamentos e enquanto uma instituição responsável pela manutenção da ordem pública, assumiu a tarefa de regular a manutenção da ordem racial.

Um recorte de jornal sem identificação apresentava matéria de atos públicos no 92º Aniversário da Abolição, de 14 de maio de 1980, que apresentava documento do MNU criticando a ação violenta da polícia:

Essa violência tem como função manter a população sob rigoroso controle, para impedir a reação à exploração econômica, social e política. A exigência da Carteira Profissional é um dos meios de pressionar os negros a ocuparem os piores trabalhos como mão de obra barata. O governo não pode exigir, através da polícia, que tenhamos emprego, quando todos sabemos a grande quantidade de desempregados que existem em São Paulo e em todo País.⁴²

Assim, o MNU destacava que:

[...] a repressão policial que se abate principalmente sobre a população negra, tem como objetivo mantê-la desorganizada, bloqueando qualquer iniciativa política que ela possa fazer, visando melhores condições de vida e uma participação igualitária na sociedade. Impedindo o negro de andar livremente nas ruas, obrigando-o à apresentar Carteira de Trabalho assinada, matando menores, invadindo casas e entidades negras, o regime policial procura amedrontar e desestimular o Negro de lutar contra o racismo existente na sociedade brasileira.

Perante esse quadro, o MNU propunha uma luta com as forças democráticas por uma campanha nacional contra a violência policial. Faziam parte dessa campanha debates,

⁴⁰ Relatório de investigações n. 356, 13/06/1980. OP 0654 Atos Públicos. DEOPS/SP, DAESP.

⁴¹ OP 0654 Atos Públicos. DEOPS/SP, DAESP.

⁴² OP 0654 Atos Públicos. DEOPS/SP, DAESP.

mobilizações de protesto, atos públicos, reuniões e abaixo-assinados.⁴³ Especificamente diante da violência policial, foi organizada uma campanha nacional com abaixo-assinados e constantes referências a este problema social enfrentado, sobretudo, pelos afro-descendentes.⁴⁴ Esta temática, por certo, desagradava os aparelhos repressores, uma vez que essas discussões eram classificadas como uma forma de incitar a população contra a polícia.⁴⁵ Enquanto um órgão representante do poder oficial, mencioná-lo de forma negativa era visto como um crime, ainda que sendo uma denúncia do seu abuso de poder.

No ato público de 7 de julho de 1978, constava como um dos itens do protesto a morte de Robson Silveira Luz, no 44º Distrito Policial. Mas, para a polícia esta campanha dos movimentos negros era uma mobilização que tinha por fim “desmoralizar as autoridades constituídas, principalmente as Policiais.”⁴⁶

No periódico *Árvore das Palavras*, edição n. 12, a matéria “Cartas da prisão”, retrata a relação com a polícia e com o sistema penitenciário:

[...] e não ia deixar que ninguém viesse me desrespeitar (falei a respeito dos ‘Direitos Humanos’), aí ficaram abismados como que aquele ‘negrão’ sabia disto. Aqui na cela forte fui jogado depois de quase uma hora eles me provocando tentando uma deicha (sic) pra me pegar de pau mais (sic) eu não marquei [...] Depois de vez em quando mandavam um funcionário me provocar, os quais eu repelia com ‘respostas inteligentes’ e eles iam embora sem entender [...] Ouço os gemidos de alguns companheiros do lado, eles tentaram uma fuga (pular o muro) quase os matam de pau.⁴⁷

A tortura nas penitenciárias, por razões políticas ou não, era um problema enfrentado, em constância, pelos afro-descendentes. Para combater a violência e a arbitrariedade foi fundado, em 1978, o MNUCDR⁴⁸ (Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial) protestando contra a tortura e a morte de Robson Silveira Luz. Do mesmo modo, o programa de ação do MNU permanecia protestando contra a violência policial incluindo a exercida nas prisões e nos cárceres; contra os esquadrões da morte; contra os órgãos repressivos; contra a tortura; e contra a opressão diária da polícia.⁴⁹

O periódico *Árvore das Palavras* ressaltava a falta de segurança dos afro-descendentes: “É a polícia que nos causa esta preocupação agindo discriminatoriamente. Prender negrão é a ordem. Em nome da lei? Mas que ação da lei é esta que nos persegue. Isto é racismo declarado.”⁵⁰

A ação violenta em relação ao afro-descendente iniciava-se na abordagem na rua, por meio das “batidas policiais” e pelas prisões arbitrárias e completava-se nas torturas. Discriminações e violências eram sofridas de forma cotidiana pelos afro-descendentes, as

⁴³ Revista do MNU. OS 1157 p. 218 C. DEOPS/SP, DAESP. Também Panfleto do *Io Encontro em Defesa da Raça Negra*, p. 2. Dossiê 20-C-44- 17287. DEOPS/SP, DAESP. Coletado por ocasião do *Io Encontro em Defesa da Raça Negra*, realizado em 23/5/1981, na PUC-SP. Relatório diário n. 1505, entre 25 e 26/5/1981, da Divisão de Informações do DEOPS, fl. 2. Dossiê 21-Z-14-11366. DEOPS/SP, DAESP.

⁴⁴ Panfleto do Grupo Negro da PUC “*Io Encontro Estadual em Defesa da Raça Negra*” In Dossiês 20-C-44 – 17287. DEOPS/SP, DAESP.

⁴⁵ Boletim de Ocorrência da Polícia Civil de São Paulo em 10/01/1982. OP 0989 Movimento Negro vol 2. DEOPS/SP, DAESP.

⁴⁶ Relatório Policial de 6 de julho de 1978. Dossiê 50-Z-0- 14623. DEOPS/SP, DAESP.

⁴⁷ Dossiê 50-Z-130- 2270. DEOPS/SP, DAESP.

⁴⁸ Segunda sigla do MNU.

⁴⁹ Dossiê 20-C-44- 17289. DEOPS/SP, DAESP.

⁵⁰ Dossiê 50-Z-138- 806. DEOPS/SP, DAESP.

quais se acrescentava a atuação dos Esquadrões da Morte nos centros urbanos que buscavam uma “limpeza social” de pessoas suspeitas ou relacionadas a criminalidade. Os esquadrões da morte eram formações ilegais que reuniam policiais e ex-policiais, visando acabar fisicamente com a criminalidade, não raro associada com o racismo, dando origem a assassinatos de afro-descendentes.⁵¹

A violência policial aparecia como a face mais visível do racismo, pois “a discriminação racial é dissimulada oficialmente mas é muito objetiva nos órgãos de segurança corporificados nas ‘tático móvel, rotas etc.’”⁵²

Em 1981, o militante Marcos Antônio Pereira Cardoso, em uma Manifestação do Dia da Consciência Negra, em Minas Gerais, destacava que a abordagem policial em relação aos negros era diferenciada: “[...] quer onde estejam, eles são procurados para provarem sua ocupação, e caso não o consigam, são logo presos e espancados, sofrendo toda sorte de humilhações, [...]”⁵³

Em ato público contra o racismo pelo MNUCDR, em 1979, dois militantes acusaram a polícia de tratamento diferenciado em relação aos afro-descendente:

“fomos presos a toa, porque somos negros, fomos presos por meganhas, prosseguiram, a advogada Nair Silveira, também foi desacatada como pessoa, porque é negra, quiseram (sic) obrigá-la a subir pela entrada de serviço de um edifício. Nós negros somos vistos como serviçais, como favelados; isso precisa acabar.”⁵⁴

Em Carta Aberta à População “Por Igualdade ... Racial”, os movimentos negros apresentavam uma relação direta entre a violência policial e a carestia, salientando a contradição das estruturas governamentais, em um país que não oferecia empregos para todos, ao mesmo tempo os órgãos de segurança exigiam carteira de trabalho assinada para simples transeuntes.⁵⁵ Dalmir Francisco Costa, presidente do MNUCDR em MG, discorrendo sobre a temática da violência policial, destacava que “[...] a Polícia está a serviço da ‘ditadura’ e das classes dominantes pois, além de marginalizar as camadas mais baixas da população, subjagam-nas através da repressão e da violência.”⁵⁶

Desse modo, o afro-descendente que era excluído do mercado de trabalho devido a persistência do racismo, da falta de oportunidades e a dificuldade de acesso a educação, era relacionado diretamente (ainda que não fizesse parte) da criminalidade

Além disso, a temática da violência policial, assim como da carestia, apresentava-se como elemento de um outro debate: a crítica ao regime militar. Em discurso no ato contra o racismo, em função do 13 de maio de 1981, Milton Barbosa expôs a problemática da violência policial nessa perspectiva de crítica a dominação militar: “nós somos esmagados

⁵¹ Revista MNU, p. 7. OS 1157 p. 218 C. DEOPS/SP, DAESP.

⁵² Boletim III do Grupo Negro da PUC-SP, p. 11. Pasta Movimento Negro. CEDIC/PUC-SP.

⁵³ “Dia Nacional da Consciência Negra – Movimento Negro Unificado (MNU)” Sumário Semanal de Informações n. 36, entre 20/11 a 26/11/1981, de 27/11/1981, CODIN/CONSEG da Coordenação de Informações da Secretaria de Estado de Segurança Pública de MG, fl 37. Dossiê 50-H-84- 5047. DEOPS/SP, DAESP.

⁵⁴ Relatório sobre ato público em protesto à Lei Afonso Arinos, de 17/10/1979. Dossiê 21-Z-14- 7946. DEOPS/SP, DAESP.

⁵⁵ Dossiê 21-Z-14- 7945. DEOPS/SP, DAESP.

⁵⁶ Sumário Semanal n. 5, entre 24/01 a 4/02/1982, de 5/2/1982, do CODIN/CONSEG da Coordenação de Informação da Secretaria de Estado da Segurança Pública de MG, fl. 6. Dossiê 50-H-84- 5138. DEOPS/SP, DAESP.

psicologicamente; esta é a tarefa da polícia: destruir as nossas mentes para melhor nos dominar [...]”⁵⁷

A ação da polícia e sua constante suspeição para com os afro-descendentes apresentava-se como elemento desagregador dos afro-descendentes:

Sobre o Negro a polícia exerce uma função extraordinária, a de quebrá-lo psicológico (sic) e organizativamente. Para a polícia todo negro é um criminoso em potencial. Ela o persegue em qualquer lugar e a todo momento. Isto faz com que o indivíduo negro sinta vergonha da sua raça e se isole do seu grupo.⁵⁸

Uma vez mais, o MNU ressaltava a relação que a polícia mantinha com os afro-descendentes: “O Poder de Polícia tem o objetivo de garantir uma dominação, uma ordem de exclusão.”⁵⁹ Nesse sentido, destacava que o preso “comum” era também um preso “político”, a partir da ampliação do conceito de política, pois esses “criminosos” também contestavam de alguma maneira a ordem política estabelecida, a qual o excluía de condições sociais mínimas, mesmo que de forma inconsciente.

No jornal O Estado de S. Paulo, de 21 de fevereiro de 1982, arquivado pelo DEOPS, em pasta sobre a temática “violência policial”, a matéria “Na justiça, a violência policial: 2533 casos” ressaltava um crescimento na justiça militar de processos de envolvimento de Policiais Militares em ocorrências policiais. Os processos sob sigilo, movidos contra policiais que se supunha que tinham envolvimento com casos de violência, resultavam em condenação ou absolvição. A reportagem ainda questionou os representantes da Justiça sobre as críticas dos policiais militares serem julgados por oficiais da própria corporação⁶⁰, tendo Nasser Bussamra, juiz da Justiça Militar do Estado, afirmado serem estas críticas uma campanha para denegrir a imagem do órgão que representava uma vez que a Polícia Militar Paulista era exemplar. É provável que a censura aos resultados dos processos procurasse não fomentar essas “campanhas” citadas por Nasser.⁶¹

O general Arnaldo Braga, comandante da PM paulista, em entrevista ao Estado de S. Paulo sobre a violência policial, afirmava que o número de processos contra os soldados era praticamente “inexpressivo”. Em defesa da atuação policial declarava: “Não desejamos a morte do marginal – assegura. Vamos combatê-lo e nos responsabilizamos por isso. Dizem que já matamos muitos e que isso não resolveu nada. Você já imaginou se todos eles ainda estivessem vivos?”⁶²

⁵⁷ “Os negros queriam continuar protestando” In *Revista do MNU*, n. 4, julho e agosto de 1981, fl. 3. Sumário Semanal n. 27, entre 18 a 24/9/1981, de 25/9/1981, do CODIN/CONSEG da Coordenação de Informação da Secretaria de Estado da Segurança Pública de MG, fl. 12. Dossiê 50-H-84-4848. DEOPS/SP, DAESP.

⁵⁸ Tese “O papel do aparato policial do Estado no processo de dominação do Negro e a Anistia” por ocasião do I Congresso Nacional da Anistia, de 5/11/1978, em São Paulo. Dossiê 50-Z-130- 5174. DEOPS/SP, DAESP.

⁵⁹ Relatório de avaliação de 20/9/1981 do MNU de MG. In Sumário Semanal de Informações n. 15 da CODIN/COSEG, do período entre 9 a 15/4/1982, de 16/4/1982, fl. 19. Dossiê 50-H-845498. DEOPS/SP, DAESP.

⁶⁰ Críticas feitas, por exemplo, do promotor João Benedito de Azevedo Marques na matéria “Promotor fala de aberração” In *Folha de S. Paulo*, 21/02/1982, p. 18. OP 1184 Violência Policial. DEOPS/SP, DAESP.

⁶¹ “Na justiça, a violência policial: 2533 casos” In *Folha de S. Paulo*, 21/02/1982, p. 18. OP 1184 Violência Policial. DEOPS/SP, DAESP.

⁶² “Nossa PM é uma das melhores do mundo” In *Folha de S. Paulo*, 21/02/1982, p. 18. OP 1184 Violência Policial. DEOPS/SP, DAESP.

Além de não apresentar o menor respeito ao direito à vida, o general apresentava a priori todos os abordados pela polícia como marginais, não esclarecendo quais os critérios para identificá-los desta forma.

Em Carta Aberta à População contra a Violência Policial, assinada pelo Departamento Jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto, Comissão Justiça e Paz de São Paulo, MNU, Grupo Negro da PUC-SP e Negros da UMES (União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo) foram denunciados os abusos cometidos nas batidas policiais, contrariando a função policial de “assegurar a convivência harmoniosa entre os cidadãos.”⁶³ Ressaltava que o cidadão, diferente do que asseguram as leis, é considerado culpado pela polícia, até que se prove o contrário. A Carta, por meio de uma argumentação jurídica fundada na Constituição Brasileira, buscava comprovar que diversos direitos estavam sendo desrespeitados pela polícia, em especial pela Rota, exatamente a corporação mais elogiada pelas altas autoridades da polícia na referida reportagem do O Estado de S. Paulo. A Carta orientava que quem tivesse seus direitos violados procurasse o MNU, o Departamento Jurídico Centro Acadêmico XI de Agosto ou o Centro Santo Dias de Defesa dos Direitos Humanos.⁶⁴

Em “Arbitrariedade e morte, um problema nacional” publicado no jornal Folha de S. Paulo, de 26 de maio de 1981, demonstra-se que havia se disseminado no país todo, uma cultura de arbitrariedade em meio a ação policial: “Em todo o país os fatos e os dados disponíveis mostram que a polícia virtualmente se considera dentro de uma ‘guerra diária’, esquecendo-se de que sua função principal é garantir a segurança do cidadão e da coletividade.”⁶⁵

A reportagem fornecia exemplos de mortes decorrentes da violência policial, além de números de mortos, brancos e negros (maioria), segundo dados do Grupo Negro da PUC-SP.

Estudos como o de Paulo Sérgio Pinheiro analisando a tortura no país, em editorial da Folha de S. Paulo, de 5/11/1980, afirmou:

A polícia brasileira vive dominada pelo fetichismo da confissão: é preciso obter a todo custo que os suspeitos confessem. Outra motivação, além da confissão, é a mania de reunir informações que sempre surgem nas sessões de pancadaria, choques, paus-de-arara. É a mesma compulsão que movia os órgãos de segurança: é preciso saber cada vez mais e mais rapidamente. É mais barato do que empregar métodos de raciocínios e técnicos para deslindar crimes. Não importa que se mandem às favas as garantias do cidadão e as leis vigentes no País.⁶⁶

As notícias e campanhas contra a violência policial incomodaram as autoridades, mas nem por isso foram objeto de processo da polícia política. Foram alvo de vigilância como demonstram a pasta arquivada com tal temática no DEOPS/SP, e denunciam as matérias da Folha de S. Paulo “Secretários não querem notícias contra a polícia” e do Jornal da Tarde,

⁶³ I Carta aberta à população contra a violência policial. OP 1184 Violência Policial. DEOPS/SP, DAESP.

⁶⁴ Boletim de Ocorrência n. 76/82 de 10/01/1982 e encaminhamento da Delegacia de Barueri ao Delegado Seccional de Osasco, de 10/01/1982. Ofício n. 55/82 ao Delegado Regional provida da Delegacia Seccional de Osasco, 14/01/1982. Despacho 0055/82 da Delegacia Geral de Polícia ao DEOPS, 27/01/1982. OP 1184 Violência Policial. DEOPS/SP, DAESP.

⁶⁵ “Arbitrariedade e morte, um problema nacional” In *Folha de S. Paulo*, 26/05/1981, p. 19. OP 1184 Violência Policial. DEOPS/SP, DAESP.

⁶⁶ PINHEIRO, S. “A tortura continua” In *Folha de S. Paulo*, 5/11/1980, p. 3. OP 1184 Violência Policial. DEOPS/SP, DAESP.

“Um controle sobre as notícias de violência policial?”.⁶⁷ Porém, a atuação da imprensa levou o Ministério da Justiça a buscar formas de controle dos jornais, TVs e rádios, no que se refere a notícias sobre a criminalidade e violência de policiais, apoiados pelos secretários de Segurança Pública dos estados. Desse modo, houve um processo de censura perante o debate da violência policial.⁶⁸

A discussão acerca da violência policial tomava conta da sociedade civil como um todo, como registra editorial de Hélio Bicudo, no jornal O São Paulo, de 20/09/1978, no qual: “As ocorrências noticiadas pelos jornais das últimas semanas, revelam que a violência policial não parece ceder a passo e reflete, sem dúvida, o caráter arbitrário do sistema político...”.⁶⁹

Assim, os setores comprometidos com os direitos humanos combatiam a arbitrariedade e a violência policial. No entanto, as denúncias não encontravam respaldo nas estruturas de poder. O Secretário de Segurança Pública de São Paulo, Otávio Gonzaga Júnior, diante das denúncias da imprensa sobre a violência policial afirmou que: “A violência é inerente a função policial.”⁷⁰

4. Considerações Finais

Na construção de um movimento anti-racista, os afro-descendentes escolheram priorizar debater aquilo que mais afetava o seu dia a dia, nesse sentido o destaque foram:

- a questão da carestia em todas as suas esferas sociais (habitação, alimentação, educação, etc) herança da marginalização e estigmatização social que essa população sofreu com o processo de abolição sem inserção social;
- a questão da violência policial fruto de uma estrutura repressiva que estava carregada de estereótipos e preconceitos em relação ao afro-descendente.

Para alcançar êxito em sua luta os movimentos negros associaram-se a outros movimentos sociais, além de buscarem relacionar discursos políticos em grande circulação na época como o marxismo. Reverberações de ambos os lados são perceptíveis nos discursos apresentados na documentação analisada. Obviamente que não havia apenas uma forma de pensar e houve quem não concordasse com os debates e ideologias presentes em cada movimento negro, mas percebemos que boa parte dessas mobilizações estava preocupada constantemente com essas questões e fizeram desses temas bandeiras a serem postas a luta.

Referências

AQUINO, M.; MATTOS, M.; SWENSSON JR., W. (orgs.). **No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro.** São Paulo: Arquivo do Estado, 2001.

⁶⁷ “Um controle sobre as notícias de violência policial?” In *Jornal da Tarde*, 26/10/1979, p. 2. OP 1184 Violência Policial. DEOPS/SP, DAESP.

⁶⁸ “Secretários não querem notícias contra a polícia” In *Folha de S. Paulo*, 26/10/1979. OP 1184 Violência Policial. DEOPS/SP, DAESP. “Um controle sobre as notícias de violência policial?” In *Jornal da Tarde*, 26/10/1979, p. 2. OP 1184 Violência Policial. DEOPS/SP, DAESP.

⁶⁹ OP 1184 Violência Policial. DEOPS/SP, DAESP.

⁷⁰ “A polícia não pode dar beijinhos” In *Folha de S. Paulo*, 10/09/1979, p. 10. OP 1184 Violência Policial. DEOPS/SP, DAESP.

HASENBALG, C. O movimento negro. **Anais do Seminário: O Retorno do Ator**. São Paulo: FE/USP, 1991

KÖSSLING, Karin Sant' Anna. O discurso policial sobre o afro-descendente: estigmas e estereótipos. **Revista Histórica**, n. 15, São Paulo, Arquivo do Estado de São Paulo, julho/agosto/setembro de 2004.

SOUZA, F. **Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Artigo recebido em 14/05/2010

Artigo aceito em 21/06/2010